

<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.18250>

DEBATE

Pobreza no Brasil, 2012-2022

Rodolfo Hoffmann *

Josimar Gonçalves de Jesus **

Resumo

Tendo em vista fazer uma análise crítica do artigo intitulado “Proposta de um Índice de Miséria Ampliado para o Brasil e sua evolução no período 2012-2021”, de João Saboia e João Hallak Neto, apresenta-se a evolução da proporção de pobres e do índice de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil de 2012 a 2022. Embora o novo “índice de miséria” proposto acompanhe, em geral, a evolução das medidas de pobreza usuais, a escolha um tanto arbitrária dos indicadores que compõem o índice e seus respectivos pesos pode fazer que ele deixe de captar fatos reais importantes como, por exemplo, a redução da pobreza em 2020 associada à distribuição do Auxílio Emergencial.

Palavras-chave: Pobreza; Distribuição de renda; Desigualdade.

JEL: D31; I32.

* Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2077-8202>

Email: hoffmannr@usp.br

** Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8287-632>

E-mail: josimar.jgj@gmail.com



Poverty in Brazil, 2012-2022

Abstract

In order to make a critical analysis of the article entitled "Proposal of an Amplified Misery Index for Brazil and its evolution in the period 2012-2021", by João Saboia and João Hallak Neto, the evolutions of the proportion of poor people and of the Foster, Greer and Thorbecke poverty index of the distribution of per capita household income in Brazil from 2012 to 2022 are presented. Although the proposed new "misery index" generally follows the evolution of the usual poverty measures, the somewhat arbitrary choice of the indicators that make up the index and their respective weights may cause it to fail to capture important real facts, such as the reduction of poverty in 2020 associated with the distribution of the Emergency Aid.

Keywords: Poverty; Income distribution; Inequality.

Pobreza en Brasil, 2012-2022

Resumen

Con el fin de realizar un análisis crítico del artículo titulado "Propuesta de un Índice de Miseria Ampliado para Brasil y su evolución en el período 2012-2021", de João Saboia y João Hallak Neto, presentamos la evolución de la proporción de pobres y del índice de pobreza de Foster, Greer y Thorbecke de la distribución de la renta per cápita de los hogares en Brasil de 2012 a 2022. Aunque el nuevo "índice de miseria" propuesto sigue, en general, la evolución de las medidas de pobreza habituales, la elección un tanto arbitraria de los indicadores que componen el índice y sus respectivas ponderaciones puede hacer que no capte hechos reales importantes, como la reducción de la pobreza en 2020 asociada a la distribución de la Ayuda de Emergencia.

Palabras clave: Pobreza; Distribución de la renta; Desigualdad.

Pauvreté au Brésil, 2012-2022

Résumé

Afin de procéder à une analyse critique de l'article intitulé "Proposition d'un indice de misère élargi pour le Brésil et son évolution au cours de la période 2012-2021", de João Saboia et João Hallak Neto, nous présentons l'évolution de la proportion de personnes pauvres et de l'indice de pauvreté Foster, Greer et Thorbecke de la distribution du revenu des ménages par habitant au Brésil de 2012 à 2022. Bien que le nouvel "indice de misère" proposé suive, généralement, l'évolution des mesures habituelles de la pauvreté, le choix quelque peu arbitraire des indicateurs qui composent l'indice et de leurs pondérations respectives peut l'amener à ne pas saisir des faits réels importants, tels que la réduction de la pauvreté en 2020 associée à la distribution de l'aide d'urgence.

Mots-clés: Pauvreté; Distribution des revenus; Inégalités.

Introdução

A RBEST publicou recentemente o artigo intitulado “Proposta de um Índice de Miséria Ampliado para o Brasil e sua evolução no período 2012-2021”, de autoria de João Saboia e João Hallak Neto. Usando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), nesta nota será apresentada a evolução da pobreza no Brasil, no mesmo período, considerando as medidas de pobreza usuais na literatura, e essa evolução será comparada com a do índice de miséria de Saboia e Hallak Neto. Em maio de 2023 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os microdados da PNADC anual de 2022, permitindo que seja apresentada, inicialmente, uma análise mais atualizada da evolução da desigualdade da distribuição da renda e da pobreza no Brasil, cobrindo o período de 2012 a 2022.

A PNAD tradicional e a nova PNADC, realizadas pelo IBGE, são as bases mais usuais dos estudos sobre distribuição da renda no Brasil. Quando houver especial interesse nas rendas mais elevadas, há necessidade de complementar os dados da PNADC com as informações da Receita Federal para imposto de renda.¹ Também são coletados dados mais detalhados nas Pesquisas de Orçamentos Familiares do IBGE, porém essas informações não são anuais.

A variável relevante para a análise é a Renda Domiciliar Per Capita (RDPC), obtida dividindo a renda domiciliar² pelo número de pessoas em cada domicílio, excluindo, nesse cálculo, as pessoas cuja condição no domicílio é pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. As rendas foram todas expressas em Reais do quarto trimestre de 2022, usando como deflator a média geométrica dos valores do INPC dos meses referentes a cada trimestre.

1. Evolução da média, da mediana e da desigualdade da distribuição da RDPC de 2012 a 2022

Antes de abordar as medidas de pobreza, cabe apresentar, na Tabela 1, a evolução de medidas de tendência central (média e mediana) e de desigualdade (índice de Gini, medida T de Theil, porcentagem da renda total declarada que é apropriada pelos 10% mais ricos (10+) e pelo 5% mais ricos (5+) e a razão entre médias para o décimo mais rico e os 40% mais

¹ Ver, por exemplo, Medeiros e Souza (2016).

² Incluindo o rendimento habitual do trabalho e o rendimento efetivo de outras fontes. A RDPC foi obtida dividindo a variável VD5007 pela variável VD2003 da PNADC.

pobres (RZ1040) da distribuição da RDPC no Brasil de 2012 a 2022. A Figura 1 ilustra a evolução da RDPC média e do índice de Gini e do T de Theil.

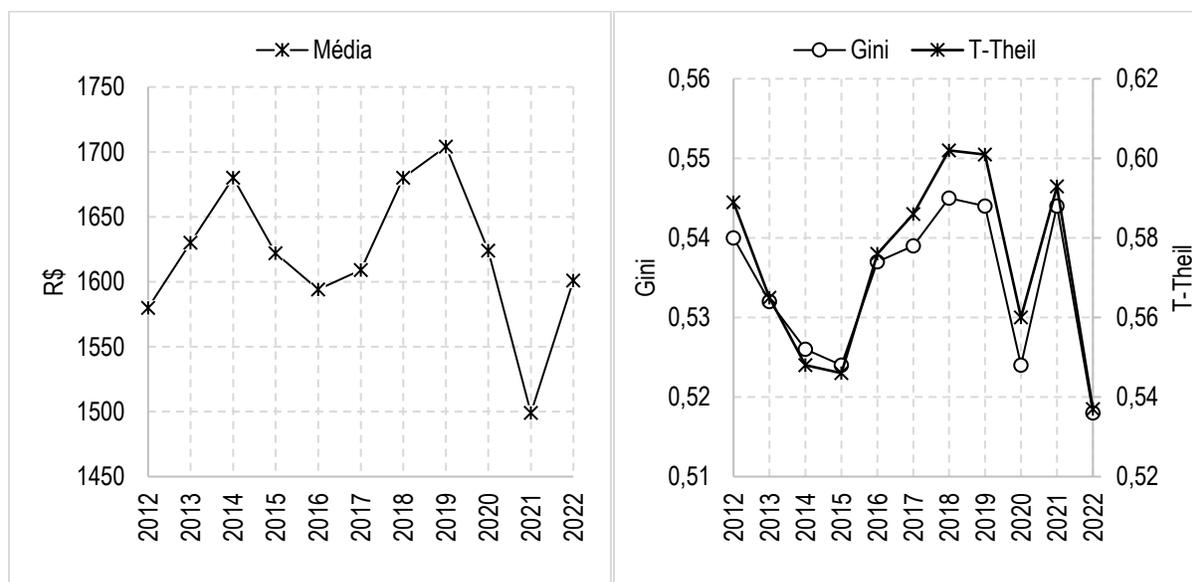
Observa-se o aumento da média e da mediana de 2012 a 2014 e a queda da desigualdade de 2012 a 2015. Sabemos que os dados da PNAD tradicional mostram que a RDPC subiu de 2003 a 2014 e que a desigualdade da distribuição caiu de 2001 a 2015 (Hoffmann, 2020). A combinação virtuosa de aumento da renda média e redução da desigualdade levou a uma substancial redução da pobreza de 2003 a 2014.

Tabela 1. Evolução da média, da mediana e de medidas de desigualdade da distribuição da RDPC. Brasil: 2012-2022.

Ano	Média	Mediana	Gini	T-Theil	10+	5+	RZ1040
2012	1580	938	0,540	0,589	42,8	30,5	16,3
2013	1630	989	0,532	0,565	42,2	29,7	15,6
2014	1680	1039	0,526	0,548	41,6	29,2	15,0
2015	1622	1007	0,524	0,546	41,3	29,0	14,9
2016	1594	952	0,537	0,576	42,4	29,9	16,2
2017	1609	972	0,539	0,586	42,5	30,2	16,4
2018	1680	999	0,545	0,602	43,1	30,6	17,1
2019	1704	1030	0,544	0,601	42,8	30,6	16,9
2020	1624	1006	0,524	0,560	41,6	29,5	14,8
2021	1499	899	0,544	0,593	42,7	30,2	17,0
2022	1601	1006	0,518	0,537	40,7	28,4	14,4

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

Figura 1. Evolução da média, do índice de Gini e índice T de Theil da distribuição da RDPC. Brasil: 2012-2022.



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

Entre 2012 e 2014 a renda média cresceu 6,3% e a renda mediana 10,7%; no entanto, ambas despencaram mais de 3% no ano seguinte, como reflexo da crise que atingiu em cheio a economia brasileira. Somente em 2019 a recessão pareceu dar lugar ao crescimento. Mas a apropriação do crescimento foi desproporcionalmente mais favorável para os mais ricos. Entre 2015 e 2019 a renda média geral aumentou 5,1%, porém, para o décimo mais pobre da população a renda média caiu 21,4%, ao passo que para os 10% mais ricos cresceu 8,9%. Com o advento da pandemia do Covid-19 a situação só piorou. Considerando o período 2015-2021, a renda média geral caiu cerca de 7,6%. Enquanto para o décimo mais rico a queda na renda média foi 4,6%, para o décimo mais pobre a queda foi de 39,3%.

Em relação ao comportamento da desigualdade, observa-se aumento de 2015 a 2019, uma forte redução em 2020 e, em 2021, uma volta ao patamar de 2019. Conforme análise feita em Hoffmann e Jesus (2022), essa forte redução em 2020 se deve, essencialmente, ao Auxílio Emergencial distribuído a partir de abril daquele ano. Com as sucessivas reduções nos valores transferidos e a extinção do Auxílio Emergencial em outubro de 2021, como era de se esperar, os indicadores voltaram a piorar. De 2021 a 2022, ocorre aumento da renda média e redução da desigualdade, que implica, como veremos adiante, em redução da pobreza.

2. Variação da pobreza

Uma medida muito simples e usual de pobreza é a proporção de pobres (H), que é a proporção da população com RDPC igual ou menor que uma linha de pobreza (z) pré-estabelecida. A proporção de pobres leva em consideração apenas a extensão da pobreza, mas não sua intensidade, associada à insuficiência de renda dos pobres, isto é, em quanto a renda dos pobres fica abaixo da linha de pobreza. Há várias medidas de pobreza baseadas na distribuição da renda que levam em consideração a intensidade da pobreza, mas aqui vamos considerar apenas o índice de Foster, Greer e Thorbecke em cujo cálculo entra o quadrado da insuficiência de renda de cada pessoa pobre.³ Esta medida é denominada índice FGT.

A Tabela 2 e a Figura 2 mostram a evolução da proporção de pobres e do índice FGT no Brasil de 2012 a 2021, tendo por base os dados da PNADC sobre a distribuição da RDPC e considerando quatro linhas de pobreza: 200, 300, 400 ou 600 Reais per capita (em moeda do quarto trimestre de 2022). É importante ressaltar que essas medidas levam em consideração a inflação, uma vez que elas são calculadas após deflacionar as rendas.

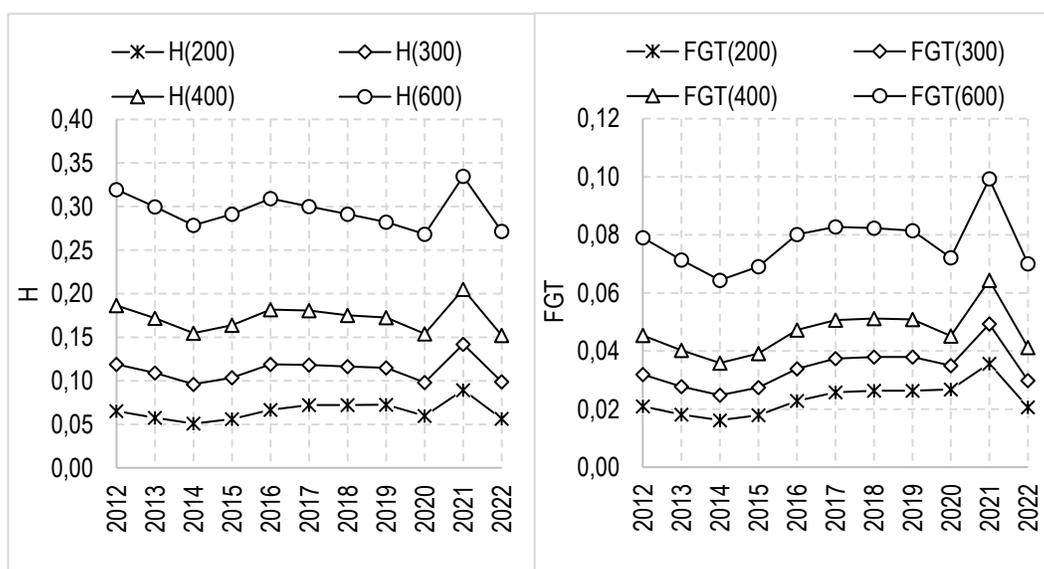
³ Uma apresentação e avaliação de várias medidas de pobreza pode ser encontrada no capítulo 11 de Hoffmann, Botassio e Jesus (2019).

Tabela 2. Evolução de medidas de pobreza no Brasil, de 2012 a 2022: proporção de pobres (H) e índice FGT para quatro linhas de pobreza (R\$ 200, R\$ 300, R\$ 400 ou R\$ 600).

Ano	H(200)	H(300)	H(400)	H(600)	FGT(200)	FGT(300)	FGT(400)	FGT(600)
2012	0,0650	0,1189	0,1863	0,3194	0,0210	0,0319	0,0454	0,0790
2013	0,0574	0,1091	0,1717	0,2996	0,0181	0,0278	0,0402	0,0714
2014	0,0508	0,0960	0,1545	0,2783	0,0162	0,0248	0,0359	0,0644
2015	0,0561	0,1035	0,1638	0,2913	0,0179	0,0274	0,0392	0,0691
2016	0,0668	0,1188	0,1818	0,3093	0,0228	0,0339	0,0473	0,0801
2017	0,0721	0,1181	0,1806	0,3002	0,0258	0,0374	0,0507	0,0828
2018	0,0722	0,1162	0,1750	0,2912	0,0263	0,0380	0,0512	0,0823
2019	0,0726	0,1147	0,1726	0,2821	0,0263	0,0380	0,0509	0,0815
2020	0,0597	0,0979	0,1538	0,2683	0,0268	0,0350	0,0452	0,0721
2021	0,0894	0,1419	0,2050	0,3346	0,0357	0,0493	0,0644	0,0993
2022	0,0564	0,0986	0,1520	0,2717	0,0206	0,0298	0,0412	0,0700

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

Figura 2. Evolução de medidas de pobreza no Brasil, de 2012 a 2022: proporção de pobres (H) e índice FGT para quatro linhas de pobreza (R\$ 200, R\$ 300, R\$ 400 ou R\$ 600).



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

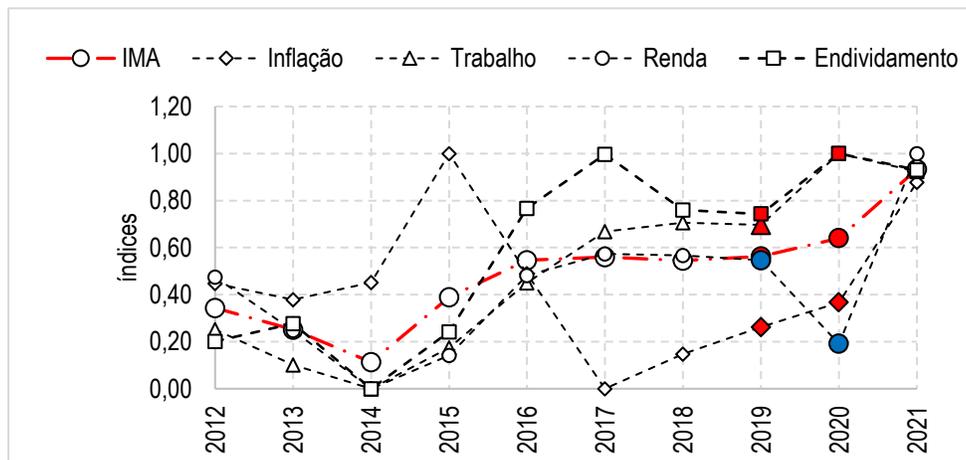
Dando particular atenção à evolução do índice FGT, observa-se uma queda da pobreza de 2012 a 2014, aumento de 2014 a 2017, relativa estabilidade de 2017 a 2019, queda em 2020, aumento substancial em 2021 e nova queda em 2022.

As medidas de pobreza usadas acima têm por base uma ampla literatura sobre esse tema, mas é óbvio que não devem ser consideradas como “perfeitas” ou como padrão

para aferir a qualidade de outros indicadores. Basta lembrar que se trata de medidas limitadas às informações sobre renda e as limitações dos dados sobre tal variável coletados na PNADC. Cabe lembrar, também, da literatura que dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza. Mas é relevante examinar como a evolução do índice de miséria de Saboia e Hallak Neto se compara com a evolução das medidas mais usuais de pobreza.

O índice de miséria de Saboia e Hallak Neto não sofre redução em 2020, como mostram as Figuras 3 e 4. Ao contrário, ele aumenta de 2019 a 2020. Verifica-se na Figura 3 que, dos 4 componentes do índice de miséria, apenas aquele associado à renda média dos 20% mais pobres (Renda) sofre redução em 2020. Como os outros três componentes aumentam, o índice de miséria, que é uma média aritmética dos quatro componentes, também aumenta. O índice de miséria deixa de captar algo que, ao que tudo indica, é um fato real: a redução da pobreza em 2020 devida ao Auxílio Emergencial.

Figura 3. Evolução do Índice de Miséria Ampliado e dos seus quatro componentes. Brasil: 2012-2021.

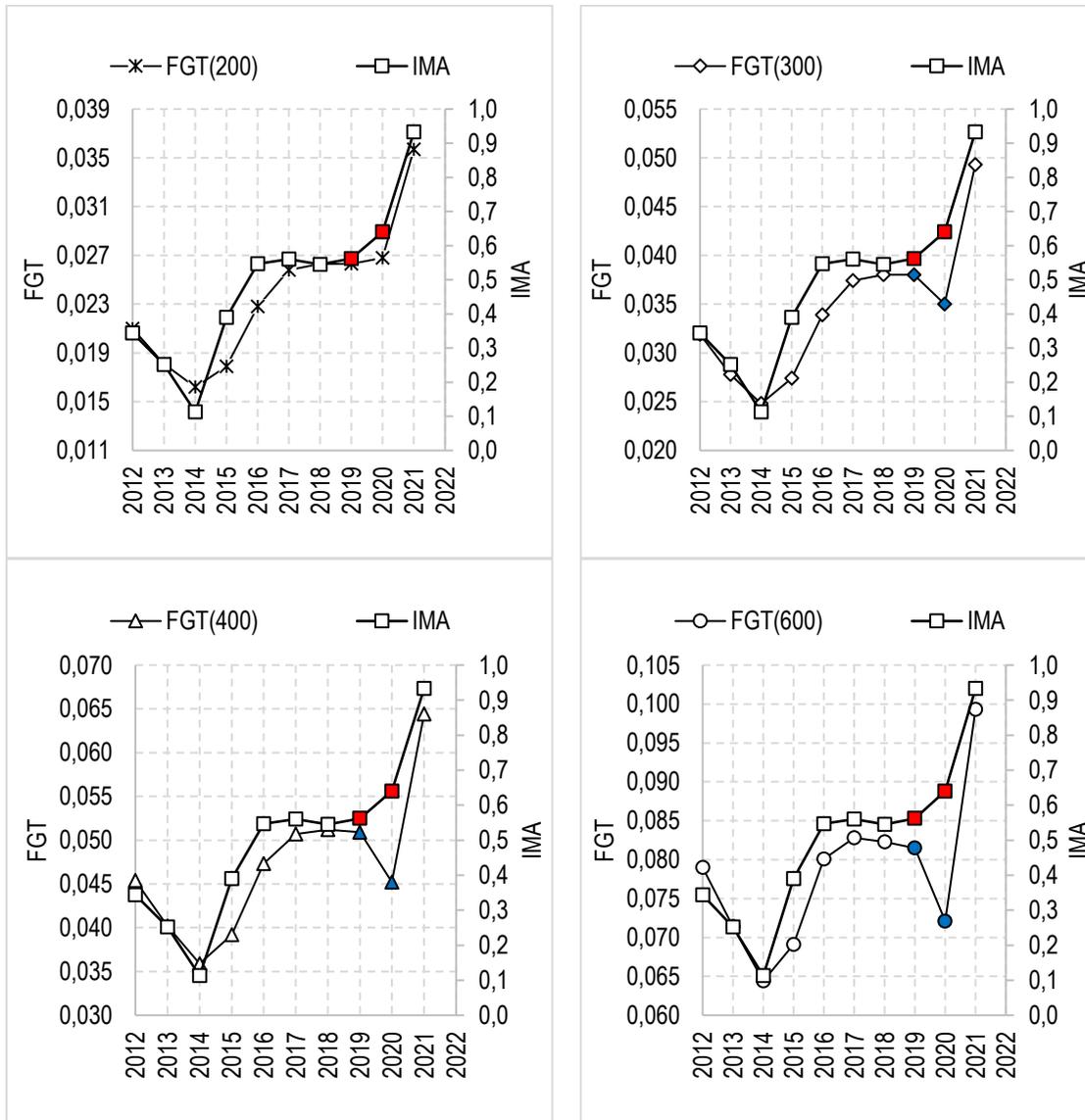


Fonte: Saboia e Hallak Neto (2023, Tabela 3, p. 12). Elaboração própria.

O artigo de Saboia e Hallak Neto afirma que a criação do seu índice de miséria foi inspirada em um indicador usado por Okun que consistia, simplesmente, na soma da taxa de inflação com a taxa de desemprego. Tal indicador pode ter sido útil na análise do desempenho da economia dos EUA em determinado período, mas não parece ser apropriado para avaliar o bem-estar dos brasileiros no período 2012-2021. Se definirmos um índice como a média aritmética dos índices de inflação e de subutilização da força de trabalho (da Tabela 3 do artigo de Saboia e Hallak Neto), verifica-se que ele cai de 2015 a 2017. Mas a pobreza cresceu nesses dois anos. Como se justifica usar tais indicadores como ponto de partida para construir um “Índice de Miséria Ampliado” para o Brasil? Note-se que os próprios autores assinalaram o fato de que a taxa de inflação tem correlação baixa com os outros três indicadores que compõem o índice de miséria.

Pode-se verificar que o índice de inflação da Tabela 3 do artigo de Saboia e Hallak Neto (2023, p. 12) praticamente não tem correlação com os índices FGT da Tabela 2 desta nota. Cabe ressaltar que está comprovado que a inflação contribui para aumentar a desigualdade (ver, por exemplo, Hoffmann, 1995), e, conseqüentemente, a pobreza, mas nos parece mais apropriado distinguir os fenômenos e analisar como um afeta o outro.

Figura 4. Evolução do Índice de Miséria Ampliado e do índice FGT para diferentes linhas de pobreza. Brasil: 2012-2021.



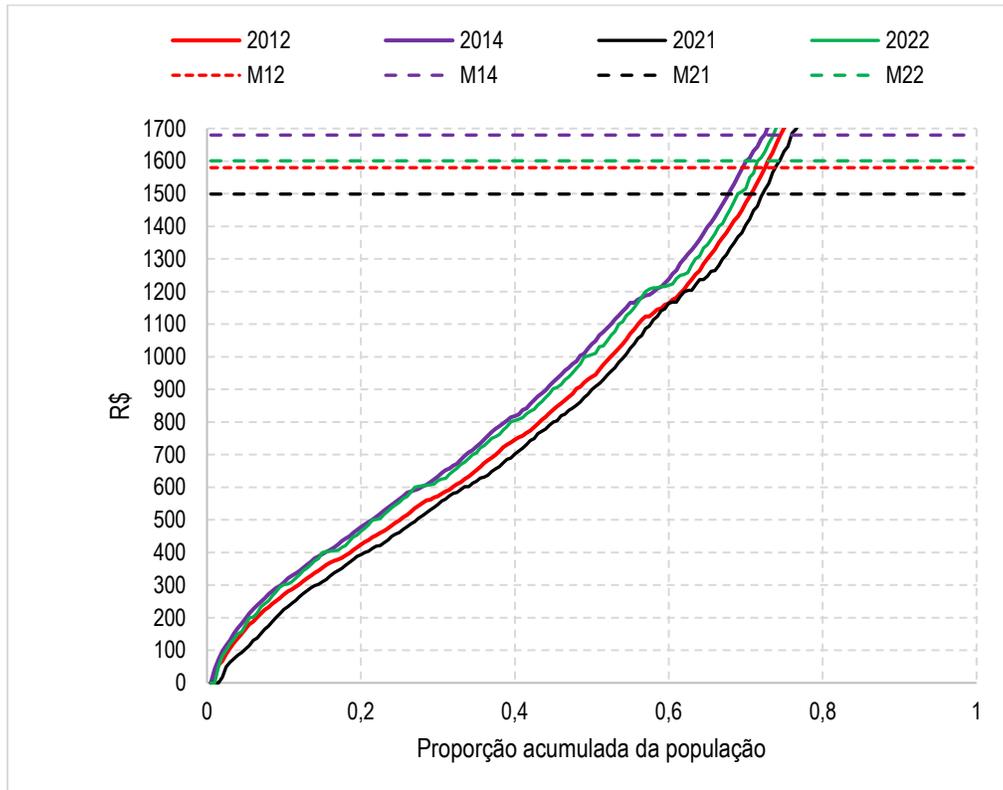
Fonte: IBGE. PNAD Contínua; e Saboia e Hallak Neto (2023). Elaboração própria.

No artigo de Saboia e Hallak Neto (2023) não é feita qualquer comparação do IMA com as medidas de pobreza já bem estabelecidas na literatura. A análise da Figura 4 mostra que a “nova” proposta apresenta uma evolução que, no geral, é muito semelhante à das “velhas” medidas. A correlação do IMA com o índice FGT no período 2012-2021 é 0,959 se se considera a linha de pobreza de 200 e é, respectivamente, 0,940, 0,912 e 0,849 se são consideradas as linhas de pobreza de 300, 400 e 600, todas com fortíssima significância estatística. Uma característica interessante do “índice de miséria” proposto por Saboia e Hallak (2023) é que a correlação com as medidas usais aumenta à medida que a linha de pobreza é reduzida. Mas a escolha um tanto arbitrária dos indicadores que compõe o índice e seus respectivos pesos pode fazer com que o IMA deixe de captar fatos importantes na dinâmica da pobreza no País.

Uma limitação importante das medidas de pobreza apresentadas na Tabela 2 é a necessidade de estabelecer uma linha de pobreza. Procuramos contornar o problema considerando quatro diferentes linhas de pobreza. Rocha (2000 e 2003) discute como a linha de pobreza pode ser estabelecida com base no que podem ser consideradas despesas essenciais de uma família. Uma alternativa é comparar as curvas de quantis. A curva de quantis para dada distribuição da RDPC mostra a variação dessa variável em função da proporção acumulada (p) da população, tendo ordenado as pessoas da mais pobre até a mais rica.

A Figura 5 mostra as curvas de quantis para a distribuição da RDPC no Brasil em 2012, 2014, 2021 e 2022, conforme dados da PNADC. Essa figura considera apenas valores da RDPC até R\$ 1.700, pois queremos mostrar como a proporção de pobres pode ser lida em uma curva de quantis. Note-se, na Tabela 2, que, para uma linha de pobreza de R\$ 400 per capita, a proporção de pobres (arredondada na segunda decimal) é 0,19 em 2012, 0,15 em 2014, 0,20 em 2021 e 0,15 em 2022. Na Figura 5, 0,19, 0,15, 0,20 e 0,15 são as abcissas dos pontos onde uma linha horizontal com ordenada 400 intercepta as curvas de quantis para 2012, 2014, 2021 e 2022, respectivamente. As quatro curvas da Figura 5 permitem visualizar o valor da proporção de pobres para qualquer linha de pobreza (até R\$ 1.700). Quanto mais à esquerda ficar uma curva, menor a proporção de pobres para qualquer linha de pobreza. O fato de a curva referente a 2014 ficar sempre à esquerda da curva para 2012 mostra que a proporção de pobres em 2014 é menor que a proporção de pobres em 2012, qualquer que seja a linha (razoável) de pobreza. Observa-se que as curvas de quantis para 2014 e 2022 ficam quase sobrepostas para linhas de pobreza de 0 a R\$ 1.200. Mas se fossem adotadas linhas de pobreza de 1.300 a 1.600, a proporção de pobres em 2022 é visivelmente maior do que em 2014.

Figura 5. Curvas de quantis e médias (M) da distribuição da RDPC. Brasil: 2012, 2014, 2021 e 2022.



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

10

3. A distribuição regional da pobreza

Uma vantagem das medidas de pobreza H e FGT é serem decomponíveis conforme partes da população,⁴ permitindo, por exemplo, avaliar quanto cada uma das regiões do Brasil contribui para o valor da medida para o País. A Tabela 3 mostra a distribuição da população e da pobreza por seis regiões do país conforme os dados da PNADC de 2021. Dada sua importância demográfica e econômica, o estado de São Paulo foi destacado da região Sudeste. Além de apresentar o valor das medidas de pobreza (proporção de pobres e índice FGT) para duas linhas de pobreza em cada uma das seis regiões, é dada a contribuição percentual de cada região para a medida da pobreza no Brasil. Cabe ressaltar que a contribuição de uma região para o valor de H para o Brasil é igual à participação da região no número de pobres no País. Para uma linha de pobreza de R\$ 300 per capita, 50,8% dos pobres do País estão na região Nordeste. Essa porcentagem cai para 43,0% quando se adota uma linha de pobreza de

⁴ Essa possibilidade de decomposição é uma propriedade geral da família de medidas de pobreza definida por Foster, Greer e Thorbecke, como pode ser visto em Hoffmann, Botassio e Jesus (2019, p. 269).

R\$ 600. No caso do índice FGT a contribuição do Nordeste para o valor da medida em todo o País é 48,1% com $z = 300$ e é 48,7% com $z = 600$. É fato bem conhecido que Norte e Nordeste são as regiões mais pobres; as duas juntas abrigam 35,8% da população do País, mas contribuem com 62,2% da medida FGT nacional com linha de pobreza de R\$ 600.

Tabela 3. Distribuição da população e da pobreza, considerando a proporção de pobres (H) e a medida FGT (φ) para duas linhas de pobreza (R\$ 300 e R\$ 600). Brasil e seis regiões: 2021.

Região	Part. na população (%)	Índice de pobreza ($z=300$)		Part. na pobreza (%) ($z=300$)		Índice de pobreza ($z=600$)		Part. na pobreza (%) ($z=600$)	
		H	FGT	H	FGT	H	FGT	H	FGT
N	8,7	0,235	0,069	14,5	12,2	0,502	0,153	13,1	13,5
NE	27,1	0,267	0,088	50,8	48,1	0,531	0,179	43,0	48,7
SE-SP	20,2	0,102	0,040	14,6	16,6	0,282	0,077	17,0	15,7
SP	21,9	0,070	0,029	10,8	12,9	0,210	0,054	13,8	11,9
S	14,3	0,052	0,021	5,2	6,2	0,172	0,041	7,3	5,9
CO	7,8	0,074	0,026	4,1	4,0	0,248	0,056	5,8	4,4
Brasil	100,0	0,142	0,049	100,0	100,0	0,335	0,099	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

11

A Tabela 4 apresenta as mesmas informações da Tabela 3, mas considerando os dados da PNADC de 2022. Observa-se que, de 2021 a 2022, houve redução da pobreza em todas as seis regiões.

Tabela 4. Distribuição da população e da pobreza, considerando a proporção de pobres (H) e a medida FGT (φ) para duas linhas de pobreza (R\$ 300 e R\$ 600). Brasil e seis regiões: 2022.

Região	Part. na população (%)	Índice de pobreza ($z=300$)		Part. na pobreza (%) ($z=300$)		Índice de pobreza ($z=600$)		Part. na pobreza (%) ($z=300$)	
		H	FGT	H	FGT	H	FGT	H	FGT
N	8,7	0,159	0,040	14,2	11,9	0,420	0,106	13,6	13,3
NE	27,1	0,190	0,051	52,1	46,6	0,448	0,127	44,5	49,0
SE-SP	20,2	0,068	0,023	13,9	15,7	0,223	0,053	16,6	15,4
SP	21,9	0,046	0,018	10,2	13,5	0,161	0,037	13,0	11,5
S	14,3	0,039	0,016	5,7	7,8	0,138	0,032	7,2	6,5
CO	7,8	0,049	0,017	3,5	4,6	0,178	0,039	5,1	4,3
Brasil	100,0	0,099	0,030	100,0	100,0	0,272	0,070	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

Referências

- Hoffmann, R. (1995). Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-90. *Revista Brasileira de Economia*, 49(2), 277-294.
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/641/7990>
- Hoffmann, R. (2020). Desigualdade de renda no Brasil, 1995 a 2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego. *RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, 2(00), e020007. <http://dx.doi.org/10.20396/rbest.v2i.14205>
- Hoffmann, R., Botassio, D. C., & Jesus, J. G. (2019). *Distribuição de renda: Medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização*. Edusp.
- Hoffmann, R., & Jesus, J. G. (2022). A relevância do auxílio emergencial na redução da desigualdade em 2020. *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, 4(00), e022001. <https://doi.org/10.20396/rbest.v4i00.16072>
- Medeiros, M., & Souza, P. H. G. F. (2016). A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 46(3), 7-31. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7497/1/PPE_v46_n03_Estabilidade.pdf
- Rocha, S. (2000). Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In R. Henriques (Org.), *Desigualdade e pobreza no Brasil* (pp. 109-127). IPEA.
- Rocha, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Editora FGV.
- Saboia, J., & Hallak Neto, J. (2023). Proposta de um Índice de Miséria Ampliado para o Brasil e sua evolução no período 2012-2021. *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, 5(00), e023005. <https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17545>

Recebido em 13 de junho de 2023.

Aprovado em 03 de julho de 2023.